

GAZETA DO POVO

O juiz e o ministro

18 DEZ 2014

Enquanto o juiz Sérgio Moro segue adiante com as investigações da Lava Jato, doa a quem doer, um dos artifices da pizza das CPIs vai para o TCU

Conta a lenda que um esperançoso moleiro prussiano do século 18, diante da ameaça de ver seu velho moinho destruído pela vontade do rei, ousou desafiar Frederico II com uma célebre resposta. “Ainda há juízes em Berlim!”, disse ele, citando a corte à qual recorreria caso viesse a ser espoliado do único bem com que sustentava modestamente a família. Da mesma esperança ainda podem compartilhar os brasileiros do século 21 diante das evidentes manobras empreendidas pelo governo da presidente Dilma Rousseff para abafar o petrolão, um dos mais escabrosos casos de corrupção nas entranhas do poder que a história pátria registra.

A lembrança da lenda alemã vem a propósito da despedida, ontem, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que deixa o Congresso para ocupar a vaga deixada no Tribunal de Contas da União (TCU) pela aposentadoria do ministro José Jorge. Seria mera coincidência? Vejamos: era de José Jorge a relatoria das contas da Petrobras, que já apontavam desvios na estatal da ordem de R\$ 700 milhões; caberá ao seu substituto, Vital do Rêgo, dar as consequências legais às irregularidades constatadas; Vital, no entanto, ainda senador, exerceu a presidência das duas monótonas CPIs do Congresso instaladas para investigar a Petrobras — tarefa que ele vinha cumprindo diligentemente no sentido de não levá-las a lugar nenhum. Estaria o governo esperando dele idêntico comportamento no TCU?

O nome do senador paraibano, que será um dos três ministros do TCU indicados pelo Senado, foi aprovado para o cargo no começo deste mês por duas instâncias da casa — a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e o plenário, onde obteve ampla maioria: 63 votos a favor e um único contrário, o do senador pernambucano Jarbas Vasconcelos (também do PMDB), que percebeu o perigo de o caso do petrolão ganhar proteção no âmbito do TCU. Na semana seguinte, a Câmara também não impôs dificuldades à indicação: 313 votos a favor, oito contrários e oito abstenções.

Mas, como dizia o moleiro da lenda, “ainda há juízes em Berlim”. Enquanto os andares superiores do poder político parecem estar empenhados na “operação abafa” ou, no mínimo, em mitigar os efeitos políticos desastrosos da trama de corrupção na Petrobras, um só juiz de primeira

instância, em Curitiba, com tanto rigor quanto inteligência, trata de pavimentar um caminho sem volta, auxiliado por duas outras forças que, até o momento, têm se mostrado independentes: a Polícia Federal e o Ministério Público Federal.

A cada dia o escândalo expande seus contornos e revela tentáculos. Doleiros, diretores da estatal e executivos das maiores empreiteiras do país, presos por ordem do juiz Sérgio Moro, já fizeram jorrar informações com força suficiente para destroçar inúmeras e poderosas reputações — estas, entretanto, ainda guardadas em segredo para que as investigações e o processo criminal não migrem imediatamente para instâncias superiores da Justiça e se percam sob o risco de que se transforme foro privilegiado em impunidade geral.

Assim, embora haja o temor de que Vital do Rêgo se comporte no TCU com a mesma leniência com que se portou até agora nas duas CPIs, e também haja a certeza de que inevitavelmente o processo chegará ao Supremo Tribunal Federal (STF), não há volta possível em relação ao tanto que já se apurou sobre o caso Petrobras. O que é suficiente para tornar praticamente impossível o êxito completo da intentada “operação abafa”. Assim como no caso do mensalão, nem todos ficarão impunes. Graças a um “juiz de Berlim”.

1 8 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Câmara aprova aumento dos salários de parlamentares, presidente e STF

Remuneração das autoridades federais vai variar de R\$ 30,9 mil a R\$ 33,7 mil. Nos estados, vai haver efeito cascata

CURITIBA

Kelli Kadanus, com agências

Os deputados federais aprovaram ontem uma série de projetos de lei que aumentam os salários deles próprios, dos senadores, da presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Michel Temer, dos ministros de Estado, dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Os novos valores vão variar de R\$ 30,9 mil a R\$ 33,7 mil — este será o novo teto do funcionalismo público.

As votações foram rápidas, com aprovação simbólica dos deputados e nenhum pedido de verificação de quórum. Os salários da presidente, vice e ministros passam de R\$ 26,7 mil para R\$ 30,9 mil. Os ministros do STF terão os vencimentos reajustados de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil. Esse valor é usado como teto salarial do funcio-

nalismo público. O procurador-geral da República também vai passar a receber o teto do funcionalismo, assim como os deputados federais e senadores.

Na terça-feira, o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB), havia dito que o fato de a presidente Dilma receber menos que deputados, senadores e autoridades do Judiciário e do Ministério Público não causa constrangimento. “São critérios diferentes. Nós estamos garantindo o reajuste das perdas inflacionárias dos últimos quatro anos”, disse Alves.

Havia uma pressão grande de líderes do Senado e de da Câmara para que o reajuste fosse maior, elevando os salários para R\$ 35,9 mil — mesmo valor previsto nos projetos de reajuste enviados ao Congresso pelo STF e Ministério Público Federal. Para evitar o impasse, o presidente da Câmara Henrique Alves (PMDB) conversou com o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, e

com o procurador-geral Rodrigo Janot, para a redução do reajuste nos dois poderes.

O reajuste para os 513 deputados federais vai custar aos cofres públicos R\$ 80 milhões por ano. Se somado ao aumento salarial garantido também aos 81 senadores, o impacto anual na folha do Congresso será de mais de R\$ 93 milhões.

Para que os novos salários aprovados pela Câmara passem a valer a partir do ano que vem, os projetos ainda precisam ser aprovados pelo Senado e, no caso dos aumentos dos ministros do STF e do procurador-geral, passar pela sanção presidencial.

Os aumentos aprovados também vão causar um efeito cascata em todo o país.

CONTINUA

NOVOS VALORES

Veja como vão ficar os salários se os reajustes também forem aprovados pelo Senado:

Cargo	Salário Atual	Salário Reajustado
Presidente / Vice / Ministros	R\$ 26,7 mil	R\$ 30,9 mil
Ministros do STF / Procurador-geral da República	R\$ 29,4 mil	R\$ 33,7 mil
Deputados federais / Senadores	R\$ 26,7 mil	R\$ 33,7 mil

Fonte: Gazeta do Povo

Reajustes vão custar pelo menos R\$ 56,6 mi no PR

Com aumento
dado ao Supremo,
salários do
governador, vice,
secretários,
deputados e de
magistrados sobem
automaticamente

| Kelli Kadanus

Os reajustes aprovados ontem na Câmara dos Deputados para parlamentares e autoridades dos poderes Executivo e Judiciário terão um efeito cascata de pelo menos R\$ 56,6 milhões no Paraná em 2015. Isso porque, com o aumento no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que passam de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil, o aumento será automático para o governador, vice, secretários estaduais, membros do Ministério Público do Paraná (MP), conselheiros do Tribunal de Contas (TC) e magistrados. O contracheque de janeiro de todos eles já virá com o reajuste.

A aprovação do reajuste para os deputados federais também vai influenciar nos salários dos deputados estaduais. Os vencimentos vão passar dos atuais R\$ 20,4 mil para R\$ 25,2 mil e o reajuste é automático. Isso vai custar ao menos R\$ 3,1 milhões a

mais para a Assembleia no ano que vem, de acordo com levantamento da **Gazeta do Povo**.

No governo do estado, o reajuste vai custar R\$ 773,5 mil, levando em conta os reajustes do governador Beto Richa (PSDB), da vice Cida Borghetti (Pros) e dos secretários estaduais que assumem os cargos a partir de janeiro. O salário de Richa vai passar de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil. Os secretários passarão a ganhar R\$ 23,6 mil cada.

O efeito cascata ocorre porque, por lei, juízes e desembargadores dos tribunais federais e estaduais recebem automaticamente aumento proporcional ao reajuste dos vencimentos dos ministros do Supremo, que foi de 15%. Sendo assim, 73 juízes federais que atuam no Paraná passarão a receber R\$ 28,9 mil, enquanto os 56 juízes substitutos receberão a quantia de R\$ 27,4 mil. Os 27 desembargadores federais que atuam no estado passarão a receber R\$ 30,4 mil cada. Na esfera da Justiça estadual, o salário dos 717 juízes vai subir para R\$ 28,9 mil; os vencimentos dos 36 juízes substitutos passarão a ser de R\$ 27,8 mil e os 118 desembargadores passarão a receber R\$ 30,4 mil.

No Tribunal de Contas também haverá reajustes. Os conselheiros e o procurador-geral, que recebem

atualmente R\$ 26,5 mil, vão passar a receber R\$ 30,4 mil a partir de janeiro, caso o aumento seja aprovado pelo Senado. Os auditores e procuradores vão deixar de receber R\$ 25,2 mil para ganhar um salário de R\$ 28,9 mil.

No Ministério Público Federal (MPF), também vai haver aumento. O impacto com os reajustes dos procuradores será de no mínimo R\$ 2,7 milhões ao ano.

O levantamento da **Gazeta do Povo** foi realizado apenas com base nos salários brutos, sem levar em consideração outras despesas.

CONTINUA

18 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EFEITO CASCATA

Veja como os reajustes aprovados na Câmara vão interferir no Paraná:

Cargo	Salário Atual	Salário Reajustado	Impacto anual
Juízes federais	R\$ 25,2 mil	R\$ 28,9 mil	R\$ 3,5 milhões
Juízes federais substitutos	R\$ 23,9 mil	R\$ 27,4 mil	R\$ 2,5 milhões
Desembargadores federais	R\$ 26,5 mil	R\$ 30,4 mil	R\$ 1,3 milhão
Juízes estaduais	R\$ 25,2 mil	R\$ 28,9 mil	R\$ 34,4 milhões
Juízes substitutos estaduais	R\$ 21,6 mil	R\$ 24,8 mil	R\$ 1,4 milhão
Desembargadores estaduais	R\$ 26,5 mil	R\$ 30,4 mil	R\$ 5,9 milhões
Conselheiros do TC	R\$ 26,5 mil	R\$ 30,4 mil	R\$ 354 mil
Procurador-geral do TC	R\$ 26,5 mil	R\$ 30,4 mil	R\$ 50,7 mil
Auditor do TC	R\$ 25,2 mil	R\$ 28,9 mil	R\$ 144,3 mil
Procurador do TC	R\$ 25,2 mil	R\$ 28,9 mil	R\$ 432,9 mil
Procurador-geral do MPF	R\$ 26,5 mil	R\$ 30,4 mil	R\$ 50,7 mil
Procuradores do MPF	R\$ 26,4 mil	R\$ 30,3 mil	R\$ 2,7 milhões
Governador	R\$ 29,4 mil	R\$ 30,8 mil	R\$ 57,2 mil
Vice-governador	R\$ 27,9 mil	R\$ 32 mil	R\$ 53,3 mil
Secretários de estado	R\$ 20,6 mil	R\$ 23,6 mil	R\$ 663 mil
Deputados estaduais	R\$ 20,4 mil	R\$ 25,2 mil	R\$ 3,1 milhão

Fonte: Gazeta do Povo

18 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Justiça nomeia interventor na Faculdade e no Hospital Evangélico

Antonio Senkovski
e Naiady Piva,
especial para Gazeta do Povo

O Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT) determinou, ontem, que a administração do Hospital Evangélico e da Faculdade Evangélica seja assumida por um interventor. O despacho assinado pelo juiz Eduardo Milléo Baracat nomeia como diretor, inicialmente por 12 meses, o médico Fabrício Cascardo Hito. A decisão também inclui a penhora dos bens do hospital e da faculdade.

O pedido de intervenção foi feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). No despacho o juiz cita que fica claro que a Sociedade Beneficente Evangélica (SEB) descumpriu com prazos de ações trabalhistas, que envolviam, entre outras coisas, pagamento e recolhimento de FGTS. O MPT diz que há mais de 1,3 mil ações trabalhistas contra o hospital.

Hito terá muito trabalho pela frente, já que a decisão do TRT determina que ele terá de fazer vários relatórios sobre a situação do hospital. Um dossiê, com o detalhamento de pessoal e recursos deve ser preparado nos próximos 30 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 30.

O juiz determinou ainda

que qualquer um dos diretores da SEB, assim como comissões que tenham sido formadas anteriormente, devem ser terminantemente afastadas da administração do hospital e da faculdade.

O interventor poderá tomar as decisões que forem necessárias para restabelecer a administração eficiente no hospital. O despacho permite inclusive que, se for preciso, sejam arrombadas gavetas e portas para que o trabalho de Hito possa ser cumprido.

A decisão do juiz diz que é de amplo conhecimento dos juízes do Trabalho os frequentes descumprimentos de acordos com ex-empregados da SEB que não foram cumpridos. "As dívidas trabalhistas — entre outras — se avolumam, e a Requerida [SEB] não apresenta qualquer perspectiva de solução", escreve Bacarat. Ele enfatiza que as questões trabalhistas são importantes, mas que ninguém perderia mais, com uma possível paralisação das atividades do hospital, do que a sociedade curitibana.

Wilson Lucci, diretor de marketing e relações institucionais da SEB, diz que a avaliação da medida de intervenção foi vista como "muito positiva". Segundo ele, Hito já tinha sido contratado na última segunda-feira para ser diretor-geral do hospital. "O hospital trouxe o Fabrício como um executivo renomado do mercado, alguém que veio para somar", diz. Lucci também falou que os salários estão em dia e que o 13.º não está atrasado, uma vez que o prazo de pagamento — hoje, dia 18 — ainda não venceu.

18 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Em defesa 1

Em protesto contra a sanção da lei que limita a autonomia da Defensoria Pública do Paraná e elimina benefícios salariais dos funcionários, servidores da instituição paralisaram as atividades ontem. A nova lei afeta a independência financeira da Defensoria e a escolha do defensor-geral, atrelando essas decisões ao governo do estado. Cerca de 70 servidores participaram do protesto. Para o dia a dia dos servidores, o impacto mais imediato será o corte do auxílio-alimentação e do auxílio-transporte, que também são retirados pela lei.

Em defesa 2

A proposta surgiu logo após a **Gazeta do Povo** revelar que os defensores aumentaram a remuneração em até 87% em apenas um ano. Segundo Renato de Almeida Freitas Jr, presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Paraná, o salário dos servidores será diminuído pela metade sem os auxílios, de R\$ 300 e R\$ 700. Um técnico, que hoje recebe R\$ 2 mil, passará a receber R\$ 1 mil para uma jornada de oito horas. "Para um defensor que ganha R\$ 20 mil por mês, esses auxílios não são nada. Mas para um técnico, eles são tudo", afirma Freitas Jr.

BESSA

Processo lento

Em entrevista ao Estadão.com, ontem, a advogada e professora de Processo Civil da PUCSP, Teresa Arruda Alvim Wambier, relatora da comissão de juristas que elaborou o novo anteprojeto do Código de Processo Civil, comemorou a aprovação do texto pelo Senado na terça-feira. "O problema do processo no Brasil é como a Marginal em São Paulo. Não anda porque tem carros demais", disse a professora – que para sua sorte reside em Curitiba.

Justiça decreta prisão de PMs acusados de matar Amarildo

A juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros, da Auditoria da Justiça Militar do Rio, decretou ontem a prisão preventiva do major Edson Raimundo dos Santos, tenente Luiz Felipe de Medeiros e soldado Newland de Oliveira Júnior. Eles são acusados de envolvimento no sumiço do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, em 14 de julho de 2013, após ter sido interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha, na zona sul do Rio. Além dos três policiais militares, a denúncia do MP-RJ oferecida no último dia 11, incluiu o soldado Bruno Medeiros Athanasio, mas o policial ainda não foi citado na decisão judicial. O major Edson, que comandava a UPP da Rocinha na época do desaparecimento de Amarildo, e o tenente Medeiros, também presos pelo desaparecimento do pedreiro.

18 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Novo Código de Processo Civil segue para sanção

O Senado aprovou ontem, em definitivo, a reforma do Código de Processo Civil. As mudanças na lei pretendem agilizar os processos judiciais, com a extinção de alguns tipos de recursos. O projeto segue para sanção da presidente Dilma Rousseff. As alterações previstas na reforma vão entrar em vigor um ano após a publicação da lei.

A votação foi concluída ontem com a análise de 16 destaques (emendas) ao texto principal, aprovado pelos senadores na terça-feira. Uma delas permite que os casais se separem judicialmente antes de partirem para o divórcio. Uma alteração na Constituição, em 2010, acabou com a regra que estabelecia o divórcio apenas um ano depois da separação formal ou após dois anos da separação de fato (quando o casal deixa de viver junto). Por pressão da bancada evangélica, os casais terão a opção de escolherem a separação, mas também são liberados para partirem diretamente para o divórcio.

Também foi rejeitada a permissão — aprovada pelos deputados — para que juízes de 1.ª instância decretassem intervenção judicial nas empresas. Outra mudança impede que juízes analisem causas defendidas por escritórios de advocacia que tenham entre os membros parentes até 3.º grau dos magistrados.

STF veta regime aberto a João

Paulo Cunha

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram manter o ex-deputado do PT João Paulo Cunha em regime semiaberto, negando recurso da defesa, que pedia a progressão de pena para o regime aberto. A Corte decidiu condicionar a progressão de regime ao pagamento do ressarcimento dos recursos desviados, estimados em R\$ 536 mil.

O ministro Luís Roberto Barroso foi enfático ao negar um dos argumentos da defesa de Cunha, de que ele não teria dinheiro suficiente para efetuar o pagamento. “O pressuposto dessa condenação é que houve desvio de dinheiro. Se ele distribuiu o dinheiro entre amigos e familiares, então não precisa mais devolver? Houve desvio de dinheiro. Se ele diz ‘gastei o dinheiro’, sinto muito”, argumentou.

Também votaram com Barroso os ministros Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Dias Toffoli, Celso de Mello, Gilmar Mendes e Teori Zavascki. Só Marco Aurélio Mello foi contrário à decisão.

18 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Juiz abre ação contra Cerveró e lobista

Processo contra
ex-diretor
da Petrobras
eleva para 39 o
número de réus
da Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro, da Justiça Federal do Paraná, responsável pela Operação Lava Jato, acolheu ontem denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal e mandou abrir ação penal contra o ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró e o lobista Fernando Soares pelas acusações de corrupção e lavagem de dinheiro.

Com a decisão, subiu para 39 o número total de réus em seis ações penais abertas em decorrência da sétima fase da Lava Jato, denominada Juízo Final e deflagrada no dia 14 de novembro. O foco dessa etapa da operação foram os negócios de grandes empreiteiras com a Petrobras.

A abertura de uma ação penal não significa culpa, mas apenas o primeiro passo do processo, durante o qual o juiz ouvirá testemunhas e acusados, que também apresentarão sua defesa.

Na decisão, Moro também tornou réu o empresário Julio Camargo, por corrupção ativa, lavagem de dinheiro, evasão fraudulenta de divisas e fraudes em contratos de câmbio. O quarto acusado, o doleiro Alberto Youssef, foi acusado de lavagem de dinheiro. Como Youssef e Camargo fizeram acordos de delação premiada com a força tarefa da Lava Jato, deverão ter suas penas reduzidas, em caso de condenação.

Propina

De acordo com o despacho do juiz, a denúncia encaminhada ao Judiciário pelo Ministério Público Federal descreve contratos fechados pela Petrobras mediante propina.

Segundo depoimento do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, era citado como um "operador" do PMDB na companhia.

Ouvido em depoimento na Polícia Federal no mês de novembro, Fernando Soares negou quaisquer irregularidades em suas atividades profissionais e negou ter pago propina a funcionários da Petrobras. Ele

também contestou a afirmação de ser "operador" do PMDB na Petrobras — o comando do partido também negou tal vínculo.

Em depoimento prestado à CPI da Petrobras, no Congresso Nacional, Nestor Cerveró também negou as acusações.

18 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça suspende uma das CPs contra prefeito de São Jerônimo

Edson Ferreira

Reportagem Local

A Justiça de São Jerônimo da Serra (Região Metropolitana de Londrina) suspendeu, liminarmente, uma das Comissões Processantes (CPs) instaurada na Câmara de Vereadores contra o prefeito afastado Adir dos Santos Leite (PSDB). A CP suspensa apura supostos contratos fraudulentos da prefeitura com o empresário Odirlei Nigra, dono de um supermercado e de um posto de combustíveis. A decisão, proferida pela juíza substituta da Vara da Fazenda Pública, Andrea de Oliveira Lima Zimath, atende pedido do prefeito, que alega cerceamento de defesa no procedimento investigatório.

Na sessão da CP no dia 2 de dezembro, Adir prestou depoimento pela primeira vez, mas das dez testemunhas arroladas por ele, apenas duas foram ouvidas. Entre os que não compareceram estão os deputados estaduais Tercilio Turini (PPS) e Evandro Junior (PSDB), que justificaram a ausência, e três prefeitos municipais, cujos nomes não foram revelados. Na ocasião, Turini disse à FOLHA que não mantém relacionamento político com Adir e que “talvez o meu nome tenha surgido por intermédio do vereador Isaque (Martins, PPS), mas eu não tenho conhecimento dos fatos investigados”.

Para a juíza, “a comissão processante deveria ter diligenciado no sentido de providenciar a oitiva das testemunhas arroladas, inclusive mediante condução coercitiva através do Judiciário para aquelas que não compareceram sem justificativa”. Ela determina também a suspensão do transcurso do prazo de 90 dias da CP “pelo período que durar a colheita da prova cerceada”.

A assessoria jurídica da Câmara informou que ainda não havia sido notificada da suspensão.

HISTÓRICO

Depois da operação Supupira, em agosto, quando foram cumpridos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) mais de 50 mandados de busca e apreensão e de prisão em São Jerônimo e mais sete cidades, 39 pessoas foram denunciadas à Justiça por corrupção, entre vereadores, secretários municipais e familiares de Adir. O prefeito, pelo foro privilegiado, foi denunciado ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Mesmo afastado do cargo, o tucano segue recebendo o salário (R\$ 10 mil).

18 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz mantém suspensão de progressão a servidor

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz substituto da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcus Renato Nogueira Garcia, negou liminar a um servidor da Câmara Municipal (CML) que tentava anular decisão da presidência que cortou duas progressões por conhecimento obtidas em 2007 e 2011. O analista de informática apresentou certificados de conclusão dos cursos de especialização em Administração Empresarial Financeira: Gestão de Políticas Públicas e MBA em Gestão de Recursos Humanos, que, segundo comissão da CML que analisou certificados apresentados por todos os servidores desde 2004, não tem relação com a função desempenhada pelo servidor.

O juiz entendeu que “inexistem documentos com a descrição dos objetivos dos cursos, capaz de fornecer subsídio à análise primária acerca da correlação dos cur-

sos às atividades funcionais na Câmara Municipal, não podendo, ao menos em juízo de cognição sumária, ser simplesmente desconsiderado o ato dito coator”.

No mês passado, o mesmo juiz, ao analisar o caso de uma servidora da CML, entendeu que o curso feito por ela tinha relação com a função e anulou seu “rebaixamento”. Ela manteve, portanto, a progressão e o salário maior.

Em 25 de setembro deste ano, o presidente da Câmara, Rony Alves (PTB), anulou progressões concedidas a 54 servidores. Segundo ele, as promoções, que aumentaram consideravelmente os salários dos funcionários, eram baseadas em cursos sem relação com a atividade desempenhada pelo servidor. Essa possibilidade de progressão por atividade não correlata, prevista no Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores da Câmara desde 2004, foi cancelada.

18 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça intervém no Evangélico

Curitiba – O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) determinou ontem uma intervenção judicial no Hospital Evangélico do Paraná, em Curitiba, um dos estabelecimentos com maior número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado, e na Faculdade Evangélica do Paraná. A intervenção foi pedida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) ao constatar descumprimento no pagamento de salários no prazo legal, recolhimentos de FGTS e indenizações a empregados. Em nota, a assessoria do hospital informou que, cumprindo a determinação da Justiça, na tarde de ontem assumiu como interventor da instituição o médico Fabrício Cascardo Hito. A nota ainda ressaltou que o interventor já se reuniu com o corpo diretivo e clínico do hospital para se inteirar da situação.

18 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Deputados aprovam aumento de salário

Brasília - A Câmara dos Deputados aprovou ontem o aumento salarial para ministros do Supremo Tribunal Federal, para o Procurador-Geral da República e para deputados e senadores. Caso o texto receba o aval do Senado, eles passarão a ganhar R\$ 33.763 por mês. Os deputados deram aval aos novos vencimentos da presidente Dilma Rousseff, do vice-presidente Michel Temer e de ministros de Estado, que a partir de 2015 receberão R\$ 30.934,7 mensais, ou 15,76% a mais do que o valor atual (R\$ 26.723,13). O último reajuste para o comando do Executivo foi dado no final de 2010. Os deputados e senadores recebem mensalmente, desde 2011, os mesmos R\$ 26.723,13. Eles decidiram, no entanto, equiparar seus salários aos da cúpula do Judiciário e do Ministério Público Federal, cujos subsídios, que são o teto do funcionalismo público, estão hoje em R\$ 29.462,25. (Agência Estado)

INFORME

Débitos tributários e precatórios

A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná aprovou ontem, em redação final, o projeto de lei 543/2014, que amplia a autorização do uso de precatórios no pagamento de débitos tributários estaduais. Encaminhada na última segunda-feira à Casa, pelo governador Beto Richa (PSDB), a mensagem teve todos os seus trâmites esgotados em apenas 48 horas. Precatórios são títulos de dívida que as administrações municipais ou estaduais emitem para ressarcir quem ganha na Justiça demandas contra o Estado.

OPINIÃO DO LEITOR

Corrupção

A corrupção nunca nos foi novidade. A célebre frase do general Charles de Gaulle, em 1963, já alertava sobre isso: "Ce ne est pás um pays serieux" (Esse não é um país sério!). Parece-nos que o ex-ministro Joaquim Barbosa, então presidente do STF, veio para dar início à grandiosidade na condução de um Poder Judiciário no qual a nação e o povo sejam soberanos. Nesse caso, o exemplo seguiu de cima para baixo, e o juiz Sérgio Moro, da Justiça Federal em Curitiba, dá prosseguimento limpando a sujeira que está por baixo dos tapetes.

ANTONIO PEREIRA (contador) - Londrina

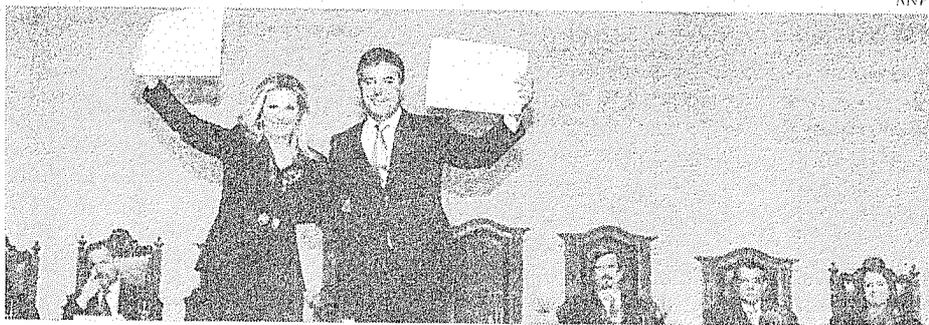
18 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Eleitos em 2014 são diplomados pelo Tribunal do Paraná

TRE-PR oficializou a eleição dos mais votados nas eleições

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) realizou na tarde de ontem, em Curitiba, a cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos no estado nas eleições deste ano. Ao todo, foram diplomados o governador Beto Richa (PSDB), a vice-governadora Cida Borghetti (Pros), o senador Álvaro Dias (PSDB), 54 deputados estaduais, 30 federais e os 5 primeiros suplentes às cadeiras da Assembleia Legislativa do Paraná e



Richa e Cida Borghetti comandarão o estado a partir de 2015

da Câmara Federal.

Para a deputada federal mais votada do estado, Christiane Yared (PTN), a diplomação é um compromisso

da responsabilidade assumida nas eleições. "É com muita alegria e responsabilidade que estou seguindo esse caminho até Brasília. Nós

temos propostas, projetos e vamos representar as famílias do Paraná, vamos buscar um estado mais justo e honesto", garantiu. ■

Julgamento de homicídios demora mais de oito anos

Levantamento analisou dados de homicídios ocorridos em 2013



O Brasil leva, em média, oito anos e seis meses para concluir o processo de julgamento de um homicídio, enquanto o tempo máximo não deveria passar de 316 dias para réu solto ou 296 dias quando o acusado está preso. A análise consta do estudo divulgado nesta quarta-feira (17) pelo Ministério da Justiça, que analisou números de assassinatos em cinco capitais das cinco regiões brasileiras.

O levantamento, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), analisou dados de homicídios ocorridos em 2013, nas cidades de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS) e do Recife (PE). O resultado mostra que, do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público ao julgamento da causa, o trâmite do processo pode durar mais de 2,5 mil dias.

Demora

Para o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Crocce Caetano, a demora do Sistema de Justiça do país em solucionar crimes violentos contribui para o crescimento da criminalidade. Segundo ele, a sensação de impunidade leva ao aumento do quantitativo dos crimes cometidos. ■

18 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça pede prisão preventiva de policiais

A juíza Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros decretou nesta quarta-feira a prisão preventiva do major Edson Raimundo dos Santos, do tenente Luiz Felipe de Medeiros e do soldado Newland de Oliveira Júnior. Eles são acusados de envolvimento no sumiço do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, em 14 de julho de 2013, após ter sido interrogado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Além dos três policiais militares, a denúncia do Ministério Público do Rio de Janeiro incluiu o soldado Bruno Medeiros Athanasio, mas o policial ainda não foi citado na decisão judicial. O major Edson, que comandava a UPP da Rocinha na época do desaparecimento de Amarildo, e o tenente Medeiros, também lotado na unidade, já estão presos pelo desaparecimento do pedreiro. ■

Notas políticas

Prisão preventiva

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre, julgou nesta quarta-feira (17) o mérito dos pedidos de habeas corpus e decidiu manter presos oito investigados na Operação Lava Jato. Com isso, seguirão presos preventivamente os executivos Sérgio Cunha Mendes; Erton Medeiros Fonseca, Dalton dos Santos Avancini, João Ricardo Auler e Eduardo Hermelino Leite, Mateus Coutinho de Sá Oliveira, José Adelmário Pinheiro Filho e o lobista Fernando Soares.

18 DEZ 2014
JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça decide se Eduardo Garzuze vai a júri popular

A Justiça decide, em audiência nesta quinta-feira (18), se Eduardo Vitor Garzuze, 24 anos, vai ser julgado pelo Júri Popular. Ele é acusado de matar três pessoas em um acidente de carro em setembro de 2013 no bairro Rebouças, em Curitiba.

“O principal fato a nosso favor é que exames feitos logo depois do acidente comprovaram que o jovem estava embriagado. É isso que ele deve tentar explicar amanhã durante o interrogatório”, informou o advogado da família, Bruno Pereira, em entrevista à rádio Banda B.

Segundo ele, a acusação está confiante de que o jovem será levado a júri popular.

“Eu acredito na justiça paranaense e que Garzuze vai pagar pela imprudência fatal que cometeu no trânsito. Ele não pode sair impune deste fato lamentável”, completou o advogado.

Na ocasião, segundo a Delegacia de Delitos de Trânsito (Dedetran), o rapaz fugia em um Ford Ka de uma ocorrência que havia causado minutos antes contra um Palio quando furou o sinal vermelho. O caso aconteceu no cruzamento da Avenida Silva Jardim com a Alferes Poli. ■

TRIBUNAL NO EVANGÉLICO

Justiça do Trabalho decreta intervenção e muda direção de hospital e faculdade

O Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT) determinou ontem que a administração do Hospital Evangélico e da Faculdade Evangélica seja assumida por um interventor. O despacho, assinado pelo juiz Eduardo Milléo Baracat, nomeia como diretor, a princípio por 12 meses, o médico Fabrício Cascardo Hito.

O pedido de intervenção no hospital foi feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). No despacho o juiz cita que fica claro que a Sociedade Beneficente Evangélica (SEB) descumpriu com prazos de ações trabalhistas, que envolviam, entre outras coisas pagamento e recolhimento de FGTS. O MPT argumenta que há mais de 1.300 ações trabalhistas em andamento contra o hospital.

Hito terá muito trabalho pela frente, já que a decisão do TRT aponta para vários relatórios a serem feitos sobre a situação do hospital. O levantamento completo deve indicar todas as receitas e despesas do hospital com detalhes. Isso inclui todos os cargos, dos auxiliares de limpeza aos diretores médicos, e também as empresas e cargos terceirizados da entidade. Esse dossiê deve ser feito nos próximos 30 dias, com possibilidade de prorrogação do prazo.

O interventor poderá tomar as decisões que forem necessárias para restabelecer a administração eficiente no hospital. O despacho permite inclusive que, se for preciso, sejam arrombadas gavetas e portas para que o trabalho de Hito possa ser cumprido.

Em nota, o Hospital Evangélico informou que está cumprindo a determinação da Justiça e que Fabrício Cascardo Hito já assumiu como interventor. A instituição diz que a mudança não afeta o funcionamento do hospital e nem o atendimento à população.

A nota diz ainda que "Hito já estava contratado anteriormente pela SEB para assumir a vaga de Diretor Geral do Evangélico, no lugar do médico Marcos Seefeld, que deixou o cargo no final de novembro".

18 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ manda rever honorários advocatícios de R\$ 50 milhões

Em decisão unânime, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça determinou a revisão de honorários advocatícios, fixados em mais de R\$ 14 milhões, para que o valor seja apurado por arbitramento judicial. O valor chega a R\$ 50 milhões somadas a correção monetária e o juro de mora.

No caso, um escritório de advocacia ajuizou ação cobrança de honorários advocatícios referentes à prestação de serviços jurídicos a uma editora, por mais de 23 anos. A sentença, mesmo sem a existência de um contrato escrito, entendeu suficientes as provas apresentadas pelos advogados e condenou a empresa ao pagamento de cerca de R\$ 14 milhões, acrescidos de correção monetária e juros de mora.

O Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação e a discussão chegou ao STJ. No recurso especial, a editora defendeu a necessidade de prévio arbitramento judicial dos honorários advocatícios, tendo em vista a inexistência de contrato celebrado. Para a empresa, a documentação apresentada apenas comprova a existência da convenção entre as partes. Além, disso, sustentou que a perícia feita nos autos não arbitrou os valores dos honorários, mas apenas afirmou a comprovação do fato constitutivo do direito.

O relator, ministro Luis Felipe Salomão, acolheu os argumentos. Ele citou o artigo 22, parágrafo 2º, da Lei 8.906/1994 (Estatuto da OAB) que disciplina que, “na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão”.

18 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz aceita denúncia contra Cerveró, Fernando Baiano e Júlio Camargo

O juiz federal Sérgio Moro aceitou ontem mais uma denúncia do Ministério Público Federal relacionada ao inquérito oriundo da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Com isso, também passam a ser réus no processo o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, o executivo Júlio Almeida Camargo, da empreiteira Toyo Setal, e o lobbista Fernando Soares, conhecido como Fernando Baiano, apontado como um dos operadores do esquema de superfaturamento de contratos da Petrobras e pagamento de propina a partidos e agentes políticos.

Na ação penal, Moro, responsável pelo inquérito da Lava Jato na primeira instância, também aceitou denúncia contra o doleiro Alberto Youssef, apontado como operador do esquema. Preso na carceragem da Polícia Federal desde março, quando foi deflagrada a primeira etapa da operação, Youssef já consta como réu em outras ações penais derivadas das investigações.

Os quatro são acusados de crime contra o sistema financeiro, além de lavagem ou ocultação de bens oriundos de corrupção. Na terça-feira (16), Sérgio Moro abriu ação penal contra dez investigados ligados às empreiteiras Camargo Correa e UTC Engenharia. Com a abertura da ação de hoje, todos os 39 denunciados pelo Ministério Público Federal por envolvimento no esquema criminoso descoberto pela Operação Lava Jato se tornaram réus em ações penais oriundas da investigação.

Além do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, que foram denunciados em todas as ações da sétima fase da operação, tornaram-se réus na nova ação penal Dalton Avancini, Eduardo Hermerlino Leite e João Ricardo Auler. Todos são dirigentes da Camargo Correa. Segundo o Ministério Público, a empresa simulou contratos de prestação de serviços com preços superfaturados.

18 DEZ 2014

BEM PARANÁ

TRE diploma Beto Richa e demais eleitos no PR

O Tribunal Regional Eleitoral promoveu ontem a sessão solene de diplomação dos eleitos pelas urnas de outubro no Paraná. Foram diplomados 54 deputados estaduais, 30 deputados federais, o senador reeleito, Álvaro Dias (PSDB) e seus suplentes e o governador reeleito Beto Richa (PSDB), além da vice-governadora eleita, deputada federal Cida Borghetti (Pros). Foram também diplomados os cinco primeiros suplentes de deputado federal e estadual de cada partido ou coligação.

Richa - reeleito no primeiro turno com quase 56% dos votos - toma posse no próxi-

mo dia 1º de janeiro. Já os deputados estaduais, federais e senadores serão empossados em 1º de fevereiro.

Pacote - Antes da cerimônia de ontem, o governador comentou sobre o pacote de aumento de impostos proposto por ele e aprovado na semana passada pela Assembleia. "O governante responsável tem que apresentar também medidas impopulares. A gente não vive só de medidas que agradam a população. E não tem nada acima da média", argumentou. "Estamos preparados para superar as metas do primeiro mandato. Teremos conquistas ainda maiores", disse



O governador Beto Richa (PSDB), ontem, na diplomação: defesa do pacote de impostos

18 DEZ 2014

BEMPARANÁ

Fraude

A Promotoria de Justiça de Palmas (região Centro-Sul), entrou com ação civil pública por improbidade administrativa contra o presidente da Câmara de Vereadores, Adilson Luiz Piran (PMDB), dois empresários e duas empresas do Município. Todos são acusados de fraude na compra de bens para o Legislativo Municipal. O presidente da Câmara também foi acionado por dispensa irregular de licitação.